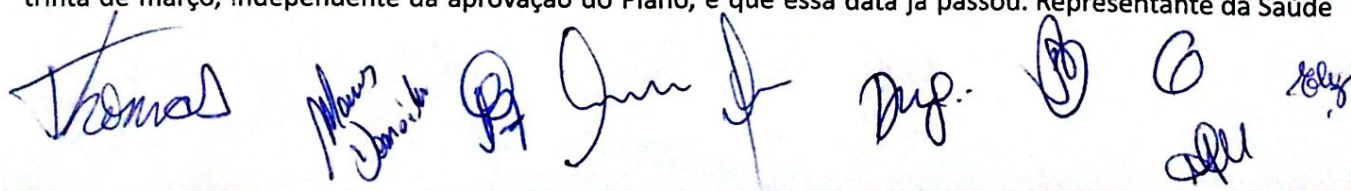
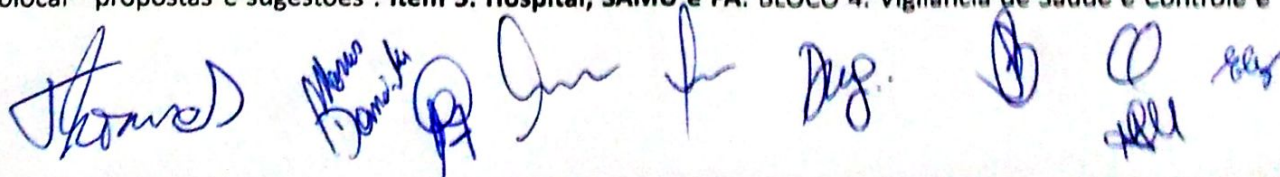


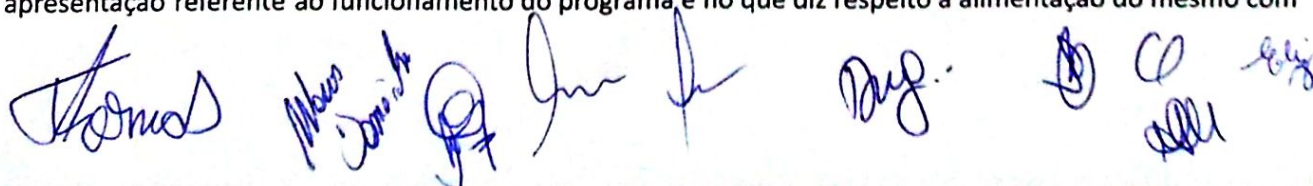
ATA Nº 05/2019 - REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – ESTUDO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE. Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, situada na Rua 1822, número 1510, neste município os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Andréa Marcelino (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Débora Guimarães (Titular/Conselho Regional de Nutrição - CRN10); Dineusa Aparecida Souza (Titular/NUCRESS - Vale do Itajaí); Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP 12ª Região); Otávio José Zini Vieira (Titular/Associação Amigos e Tribos); Andréa B. S. Bittencourt (Secretaria de Saúde); Marcos Domainski (Titular/Comunidade Terapêutica Viver Livre); Cinira Gomes (Titular/CREFITO 10ª Região); Henrique Manoel Alves (Titular/OAB - 15ª Subseção); Débora Candida Spagnol (Suplente/OAB - 15ª Subseção); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12ª Região); Cleber Marques Maciel (Titular/Coopermar); Thomas Herman S. Maciel (Suplente/Coopermar); Suzany Olibone (Titular/Secretaria de Saúde); Kaita Helen Testoni (Titular/Hospital Municipal Ruth Cardoso) e Mateus Canton Markoski (Suplente/Secretaria de Saúde). Após trinta minutos de tolerância, devido à ausência dos responsáveis pela condução do estudo do Plano Municipal de Saúde, conselheiros falam no descaso para com o conselho e deliberam que será feita a ata. Conselheiro Otávio questiona a representante Andréa, da Secretaria de Saúde, quem da Secretaria estava designado para vir e explicar o Plano de Saúde, para o qual a mesma explica que se trataria de várias pessoas, cada um responsável por uma área, da Atenção Básica (enfermeira), do SAMU, Atenção Especializada, do Hospital mas, que a parte que compete a ela é a Organização do Plano, com dados subsidiados pelas próprias equipes. Conselheiro expressa que no que diz respeito à Organização do Plano não haveria tantas dúvidas, mas que poderiam ver nesta reunião a Organização do Plano e após, irão chamar a Secretaria para que ela venha e fale inclusive dos prazos. Conselheira Dineusa, a modo de esclarecimento, fala a respeito da reunião na qual compareceram quatro ou cinco conselheiros da atual gestão, na que foi sugerido que hoje, Andréa iria explicar o que é o Plano para depois poderem votar. Conselheiros falam sobre a ausência dos conselheiros da gestão anterior neste processo. Conselheiros discutem a respeito da estrutura do Pronto Socorro do Hospital Municipal Ruth Cardoso. Um dos conselheiros fala do recurso disponibilizado para o Pronto Socorro, sendo que no Plano consta que já está mobiliado e pronto, entendendo que só falta profissional; também fala que num hospital que atende oito mil pessoas por mês não pode ter somente dois respiradores. Representante da Saúde esclarece que são três respiradores no Pronto Socorro. Conselheira informa que a estrutura física é financiada pelo Governo Estadual e que quando se fala em estrutura pronta, se faz referência àquela estrutura pela qual ficou fechado durante cinco anos, pois para abrir precisava ligar a rede de climatização, ligar a rede elétrica, precisava estar vinculado a um gerador. Após perceberam que não tinha a conexão da rede de gás, que está sendo feita, precisa conectar a rede elétrica e abrir uma porta do novo Pronto Socorro para dentro do hospital, para o acesso das pessoas que vão ser internadas. Conselheiro alega que não consegue entender que teve uma empresa que entrou no Ruth Cardoso, a WFO, que começou o Ruth Cardoso, em 2006, o qual foi aberto primeiramente por falta de atendimento emergencial; que em 2010 foi reaberto emergencialmente, sendo permitido que seja aberto um Pronto Socorro emergente, e de 2010 a 2019 que estamos esperando abrirem a porta de 1500 metros de um Pronto Socorro, e alega que não podem aprovar um Plano que diz que “Esta unidade de Pronto Socorro foi equipada e mobiliada”. Representante da Saúde explica que mobiliada está e que tem vários equipamentos. Conselheiro esclarece que quando se diz que está equipada, isto significa que está pronta para funcionamento, o que é diferente de dizer que tem vários equipamentos. Representante esclarece que tem a parte de atendimento de emergência e a outra parte que é o Centro de Diagnóstico, sendo nesta última que estão sem equipamentos, e que agora foi colocado o raio x. É esclarecido que a Secretária Andressa e o Gestor não estão aqui porque tinha sido combinado que no dia quatro de abril, sim, depois dos questionamentos, dos representantes das duas gestões do conselho, seria feita a devolutiva, referente a questões que os conselheiros iriam levantar hoje e que, se houver que fazer mudanças no Plano, seriam analisadas. Conselheiro Otávio afirma que as mudanças só serão finalizadas depois da Conferência Municipal, a qual está marcada para dia doze de abril, e tem até dia quinze para entregar a LOA. Acrescenta que a data limite do relatório do ano anterior é dia trinta de março, independente da aprovação do Plano, e que essa data já passou. Representante da Saúde



explica que no sistema informatizado do Ministério da Saúde não é possível ingressar nenhum tipo de relatório sem os passos anteriores, e um desses passos é o Plano, mas que, independente disso será apresentado o relatório. Diante do dilema se o relatório é prévio ou não ao Plano, a conselheira Dineusa esclarece que esta reunião prévia, e que na próxima quinta-feira, será oficial, então sugere que seja apresentado o Plano em linhas gerais, e que todas essas observações que cada um anotou poderão estar sendo pontuadas na próxima reunião, e poderão estar sugerindo as alterações no Plano. Conselheiro Otávio sugere que na reunião do dia quatro, após eleição da Mesa Diretora sejam feitos os ofícios para formalizar o convite às pessoas responsáveis de cada setor da Secretaria para explicação desse plano, para, a partir daí se colocarem as dúvidas, eles levarem para fazerem as mudanças de acordo com as colocações feitas voltando para ser discutido, pois para o Plano ser aprovado ou não é necessária essa discussão. Conselheiro fala de alguns pontos relevantes, como alterações de pedidos de atendimentos de enfermagem, de onze mil e novecentos em um ano, para um mil e quatrocentos no outro, afirmando que deve ter uma explicação cabível nisso que precisam entender por quê a enfermagem passou a não atender dez mil pessoas em residência nessa situação e, manifesta, que a responsabilidade pela limitação de tempo não é do conselho. Representante da Saúde fala na possibilidade de ser analisado em grupos que poderiam dividir Atenção Básica, Emergência e Hospital. Conselheira Eliz afirma que a aprovação do plano deve ser posterior à realização da Conferência. Conselheira Suzany afirma que a Conferência vai levar as nossas demandas a nível estadual o que é relevante, mas que para a aprovação do Plano não entra a conferência, alegando que, se o antigo conselho já tivesse aprovado o plano, não entrariam nele as propostas da conferência. Conselheiro Otávio afirma que a conferência traz propostas em nível municipal, estadual e federal e que o Plano deve contemplar as propostas em nível municipal. Conselheira esclarece que, após aprovação do Plano, o mesmo pode ser alterado. Conselheiro Otávio, com a concordância de outros conselheiros, alega que o plano só contempla uma parte da sociedade como vulnerável, fazendo referência aos indígenas, população em situação de rua e não fala em nenhum momento dos outros grupos da sociedade como pescadores, idosos e LGBTQI. Conselheira expressa que, a aprovação do plano significa a aprovação das diretrizes para a Saúde no período de três anos, de 2019 a 2021 e que não se trata de aprovar o plano como está, depois fazer a conferência e mudar o plano e sim considerar o ponto de vista legal, por considerar que não podem ser mudadas as diretrizes. Otávio acrescenta que, se não tiver previsão legal daquele assunto, não tem como fazer mudanças. Representante da Saúde Andréa esclarece que o Plano é um diagnóstico da Secretaria de Saúde, que traz o que a Secretaria tem de dados, e que alguns deles são de 2017 e esclarece, em relação às colocações dos conselheiros referentes à falta de alguns grupos sociais, que no plano consta "implantar novos serviços", e que nesse espaço pode ser colocado, implantar a melhoria de assistência ao pescador, analisando e colocando as ações para esse fim e que essa programação vai trazer o ponto que vai de encontro ao PPA (Plano Plurianual), que é um orçamento que o município já fez quando iniciou a gestão. Também coloca como exemplo a manutenção das unidades de saúde, havendo um percentual grande para manutenção mas não para novas construções e acrescenta que nessas ações deve ser respeitado o orçamento. Conselheiro Otávio concorda e compreende mas, explica que para analisar essas ações e os pontos faltantes no plano, é inviável o tempo até dia quatro para finalização e aprovação do mesmo. Conselheira da Saúde afirma que então deve ser colocado no plano a existência dessa população, o conhecimento e a quantidade delas, sinalizando que elas existem ali dentro. Finalmente é deliberado fazer o levantamento do que é necessário para colocar no plano, separando em blocos para discussão. Conselheiros organizam como será feita a divisão em blocos para o estudo do plano: **BLOCO 1.** Conselheiro sugere iniciar a partir do **item 1.3** que fala dos **aspectos demográficos**, que é o embasamento dos **grupos vulneráveis**, até 1.5, e após, dar continuidade a partir do ponto 2 até 2.8, com a concordância de todos. **BLOCO 2.** Logo, seria analisado o item 3, referente a **Atenção Básica e Atenção Especializada**. Conselheiro esclarece que no item 3 aborda SAMU e PA da Barra, que deveria ser analisado no item 5, devendo deixar para analisar junto atenção hospitalar e pré-hospitalar, abordando SAMU, PA da Barra e Hospital Ruth Cardoso, na concordância de todos. **BLOCO 3.** Item 4 da **Vigilância de Saúde**, (quem trabalha com a Vigilância epidemiológica-Vigilância sanitária). É sugerido colocar junto os Núcleos de Atenção. É sugerido colocar "propostas e sugestões". **Item 5. Hospital, SAMU e PA.** **BLOCO 4.** Vigilância de Saúde e Controle e



Avaliação. É combinado que **dia quatro**, às treze horas e trinta minutos, será realizada a reunião da **eleição da nova Mesa Diretora, e na sequência**, aproximadamente às quinze horas, **reunião de análise do primeiro bloco**. É solicitado aos conselheiros que para próxima reunião tragam as demandas, além das já colocadas nesta reunião, para poder estar incluindo no plano. Segunda-feira dia **oito de abril**, às treze horas e trinta minutos, será analisado o **bloco 2**. Segunda-feira dia **quinze de abril**, às treze horas e trinta minutos, **BLOCO 3**: Hospital, PA e SAMU. Quarta-feira dia **dezessete de abril** (item 4 e item 6), o **BLOCO 4**. No que diz respeito ao Pacto Interfederativo, é informado que tem que ser apresentados os indicadores federais, para aprovação e encaminhamento ao Estado, para o qual é solicitada inserção em pauta da reunião do BLOCO 1. Conselheiros alegam que para aprovação é necessário primeiramente analisar o relatório 2018. Respondendo aos questionamentos dos conselheiros referentes ao motivo pelo qual o programa não está acessando os dados, o Sr. Mateus (Contador), suplente da Secretária, fala a respeito do SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, esclarecendo o que está acontecendo. Informa que bimestralmente deve ser informado ao Ministério de Saúde o acompanhamento do orçamento e desde 99 tem um padrão do MS que é o SIOPS, e após várias reclamações desse sistema antigo, resolveu elaborar um novo sistema o qual ficou pronto e disponível para usar em outubro, com dez meses de atraso e com várias falhas no sistema ele foi implantado, tendo sido prorrogado o prazo deste ano até dia trinta de março para mandar as informações anuais do ano passado e esse prazo foi atingido pela Secretaria porque o programa do Ministério da Saúde não está cem por cento operacional e não está pronto e está com várias inconsistências, então, tem um tópico no site do Ministério da Saúde que é o SIOPS que a liberação dos programas, as versões, a cada dia tem três ou quatro programas diferentes com validadores diferentes e se acompanharem no site da CNM, do CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, são várias as solicitações dos Prefeitos dos Municípios, pedindo informações porque realmente, o Ministério de Saúde que é o responsável por liberar esse programa e fazer a manutenção, não deu conta e resolveram fazer esse programa que não deu conta do acesso nem da parte de TI que é questão de desenvolvimento deles, então foi muito complicado inserir informações, e que foi finalizado só na semana passada. Conselheira questiona a respeito do relatório feito até dia trinta de março, para o qual a conselheira Andréa, representante da Saúde, apresenta aos conselheiros o relatório de 2017 aprovado pelo conselho de 2018, que traz o exercício, as informações sobre o conselho, se tem ou não tem o Plano Municipal, os documentos, a Resolução de aprovação e as Programações anuais. Representante da Saúde expressa que o Plano Municipal é a Programação Anual da Saúde e é o Relatório Anual de Gestão de Saúde. É esclarecido que não tem a programação 2018, com o qual os conselheiros entendem que esse plano deveria ter sido analisado e aprovado no início do ano passado. É esclarecido que não aconteceu devido ao afastamento de cargos comissionados da Prefeitura, por um bom tempo e que a Secretaria ficou sem nenhum técnico da equipe que tinha sido formada para esse fim e que posteriormente foi retomado e construída a documentação. Conselheira Andréa continua explicando que o Plano traz informações a respeito de salários, a introdução sobre a questão das considerações das análises dos indicadores com os técnicos que as Secretarias fazem, e esclarece que o sistema já vai gerando sozinho, puxando as informações, população estimada, faixa etária e outros dados estatísticos; dados referentes aos valores das internações, que puxa automaticamente do sistema do Governo Federal e apresenta os gráficos, tipo de gestão, e a relação dos indicadores. Finalmente traz os recursos orçamentários realizados e autorização dos recursos, sendo que dessa parte foi entregue cópia aos conselheiros. Andréa explica que é necessário o plano, para que o sistema possa estar puxando as informações referentes às ações do mesmo. Conselheiro questiona sobre a existência de alguma auditoria externa acerca desses indicadores, e se no caso de material de alto custo no Ruth Cardoso se é feita auditoria para o qual Andréa explica que a Secretaria de Estado da Saúde monitora, por se tratar de sistemas paralelos, de fluxos de sistemas específicos mas que, se o Ministério quiser auditar, ele vem, o DENASUS - Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Conselheiro questiona a respeito da existência de fiscalização interna, para o qual é informado que existe fiscalização e esclarecida como é feita a cobrança, não só por foto como também documental. Finalmente Andréa mostra o novo sistema aos conselheiros, e o novo módulo aprovado em 21 de fevereiro de 2019, a deliberação da CIB e a nova apresentação referente ao funcionamento do programa e no que diz respeito à alimentação do mesmo com



as informações. Após são feitos os esclarecimentos conforme as perguntas apresentadas pelos conselheiros. Andréa fala sobre a programação anual 2019 e solicita sugestões dos conselheiros, sendo solicitado encaminhamento via e-mail a todos os conselheiros. Conselheiros agradecem pelos esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.



Edymara Wiggins



Dug.

